

## TRABALHADORES E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL

Murilo Leal

### 1. Por que o movimento operário foi reprimido?

Desde 1945, metalúrgicos e têxteis, ainda sob a ditadura do Estado Novo, foram das categorias operárias mais organizadas e combativas de São Paulo capital e de seu “cinturão operário”. Pesquisas recentes, como a de Fernando Sarti, baseada em material inédito coletado no Deops/SP, permitem redimensionar a abrangência do protesto operário naquele último ano do regime estadonovista: das 30 greves até hoje registradas por estudiosos com base em pesquisas em jornais, a quantidade sobre para 491, das quais 69 só em empresas metalúrgicas no estado, sendo 52 na cidade de São Paulo.<sup>1</sup>

Nos primeiros meses de 1946, de uma amostragem de 33 greves, as duas categorias (metalúrgicos e têxteis) estavam presentes tanto nas paralisações lideradas pelos sindicatos, quanto naquelas organizadas contra ou independentemente de sua orientação e também nas promovidas por comissões de fábrica.<sup>2</sup> Formaram, juntamente com os gráficos, o eixo mobilizador das quatro grandes greves gerais (ou “semi-gerais”) do período democrático que se abria: a dos 300 Mil, em março-abril de 1953; a greve contra o golpe após o suicídio de Vargas, em 2 de setembro de 1954; a dos 400 Mil, em outubro de 1957 e a dos 700 Mil, em outubro/novembro de 1963. Obviamente, os metalúrgicos e têxteis de São Paulo foram incluídos na lista dos 383 sindicatos que sofreram intervenção da ditadura entre 1964 e 1965.<sup>3</sup>

Após o golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos foi imediatamente ocupado por agentes do Deops, que executaram uma “perícia”, como se tivessem examinado a cena de um crime. Segundo depoimento do próprio Joaquim dos Santos Andrade (nomeado interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e eleito presidente do Sindicato de São Paulo, em chapa integrada por ex-interventores, em 1965) à revista *Ensaio*, em 1980, naqueles primeiros dias de abril de 1964 a entidade ficou “fechada para os

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Fernando Sarti. **A onda de greves em São Paulo, 1945-1946**. Projeto de Pós-Doutorado, Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

<sup>2</sup> Maranhão, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 43-44.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicalismo. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**, vol. V, p. 5490. Além dos sindicatos, 45 federações e 4 confederações também sofreram intervenção.

associados, mas aberta para a polícia”, que vasculhou livros de atas, fichários de associados, e levou milhares de fichas de delegados sindicais.<sup>4</sup> No “relatório pericial”, noticiado na edição nº218 do jornal do sindicato, a diretoria cassada foi acusada de fazer “agitação, dentro da dialética imposta pelo Partido Comunista, isto é, destruir o Estado, criar a desarmonia e fazer agitação”.<sup>5</sup> Que “agitação” tão perigosa seria essa? Seriam as notícias publicadas na edição de *O Metalúrgico* de dezembro de 1963, a última antes do golpe? O jornal, então, convocava os “conselhos sindicais de empresas, delegados e seus representantes” para reuniões mensais na última sexta-feira do mês, às 19h00, no salão do sindicato, a fim de organizar “rapidamente os trabalhadores dentro das empresas em defesa de seus direitos e reivindicações”. Também denunciava o reajuste extorsivo das refeições servidas no restaurante da Bundy Tubing S/A Indústria e Comércio, da ordem de 133%. Além disso, convocava uma passeata pela libertação de seu presidente e de seu vice, Afonso Delelis e José de Araújo Plácido, presos desde setembro de 1963, sob alegação de envolvimento com a Revolta dos Sargentos em Brasília, ocorrida no dia 12 daquele mês. No novo regime, defender os direitos dos trabalhadores e organizá-los nas fábricas tornou-se crime contra o Estado e a harmonia nacional.

Após dez dias sob a custódia da polícia política, tomou posse o primeiro interventor da ditadura, sr. Carlos Ferreira dos Santos, indicado pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos.<sup>6</sup> Renunciou três meses depois e, em 23 de julho de 1964, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) nomeou uma Junta Interventora formada por Breno de Oliveira Machado, assessor jurídico da Delegacia; Orlando Malvezzi, metalúrgico da Indústria Petraco Nicoli S.A. e João Vicente, metalúrgico da Metalúrgica Fracalanza.<sup>7</sup> Segundo o depoimento do jornalista Felix Nunes a Hamilton José Barreto de Faria, Malvezzi incumbiu-se de localizar os 1.800 delegados de empresa: “Esses 1.800 delegados sindicais, depois da denúncia, foram presos,

---

<sup>4</sup> LOPES, Carmen Lucia Evangelho. **A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1992, p. 128.

<sup>5</sup> RELATÓRIO oficial da perícia técnica revela: atividades subversivas e irregularidades. **O Metalúrgico**, São Paulo, nº 218, janeiro-agosto, 1964, p. 4.

<sup>6</sup> LOPES, op. cit., p. 11.

<sup>7</sup> RELATÓRIO oficial da perícia técnica revela: atividades subversivas e irregularidades. **O Metalúrgico**, São Paulo, nº 218, janeiro-agosto, 1964, p. 4. Malvezi tornou-se Secretário Geral na diretoria presidida por Joaquim dos Santos Andrade e João Vicente, Segundo Secretário. Joaquinção fora interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e, em agosto de 1965, concorreu em chapa única à direção dos metalúrgicos de São Paulo. Cf: ELEIÇÕES sindicais – esclarecimentos. **O Metalúrgico**, São Paulo, nº 220, janeiro-julho, 1965, p. 3.

perderam o emprego, não acharam mais emprego...A partir dessa desarticulação que o movimento começou a arrefecer”<sup>8</sup>.

Em 7 de abril de 1964, poucos dias antes da posse do primeiro interventor no Sindicato dos Metalúrgicos, a Junta Interventora do Sindicato dos Têxteis, integrada por João Ferri e Alfredo Zancarli, antigos pelegos derrotados em várias eleições nos anos 1950,<sup>9</sup> tomou posse na DRT e, no dia seguinte, acompanhada por um delegado, investigadores, pelo presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça, Olavo Previati, e funcionários do próprio sindicato, reabriu as portas da entidade, fechadas desde o golpe. Em ata de reunião redigida no dia 13, registraram o que, naquelas circunstâncias, eram os “crimes” dos antigos dirigentes, deixando, involuntariamente, para a posteridade, a confissão de seus próprios atentados contra o fundamento mínimo da democracia operária, a liberdade sindical. Diz o texto da ata: “A autoridade vasculhou várias dependências do sindicato, retirando vários livros comunistas, cartazes, faixas, panfletos, cartas, uma das quais pertencia ao diretor Mário Emílio, provinda da embaixada russa”.<sup>10</sup> Na reunião seguinte da Junta Governativa, foram fechadas as subsedes da Lapa, do Ipiranga e do Bom Retiro<sup>11</sup>. Mais uma vez: quais seriam os crimes? Na ata da assembleia geral dos têxteis de 20 de dezembro de 1963, a última antes do golpe registrada em livro, o presidente do Sindicato, José Molenídio, repetiu seu discurso proferido na assembleia anterior, exaltando a conquista dos 80% de reajuste na Greve dos 700 Mil e conclamando os presentes a marcharem para a batalha da conquista de 100% de reajuste do salário-mínimo. Além disso, os têxteis decidiram, como os metalúrgicos, participar da passeata pela libertação de Delellis e Plácido, convocada pelo Pacto de Ação Conjunta (PAC), a organização intersindical que havia liderado a greve dos 700 mil.<sup>12</sup> Lutar por salários e contra a prisão de sindicalistas passou a ser subversivo depois do golpe. Os militantes sindicais começaram cedo a sentir na pele que se tratava de uma ditadura empresarial-militar.

---

<sup>8</sup> FARIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo, 1986, p. 58.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Márcia Mendes de. **O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: História (1933-1957)**, Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH-USP, 1981, p. 243.

<sup>10</sup> **Ata de reunião da Junta Administrativa do Sindicato dos Têxteis de São Paulo**, 13 abr. 1964, p. 154 (Livro de Atas de reuniões da Diretoria – 9 maio 1953 a 16 set. 1968).

<sup>11</sup> **Ata de reunião da Junta Administrativa do Sindicato dos Têxteis de São Paulo**, 16 maio 1964, p. 155-verso (Livro de Atas de reuniões da Diretoria – 9 maio 1953 a 16 set. 1968).

<sup>12</sup> O reajuste foi conquistado, entrando em vigor em 24 de fevereiro de 1964. O salário-mínimo, que não era reajustado desde 1962, passou de Cr\$ 18.300,00 para Cr\$ 36.600,00.

O primeiro Ato Institucional, outorgado em 9 de abril de 1964, suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem lideranças: intelectuais, militares, jornalistas, políticos. Gente do calibre de João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes. Destes cem primeiros atingidos, pelo menos 26 eram dirigentes sindicais: gráficos, bancários, estivadores, eletricitários, metalúrgicos, petroleiros, rodoviários e outros, o que é muito revelador do peso da repressão que caiu sobre as lideranças da classe trabalhadora e suas organizações.<sup>13</sup> Até aqui fica claro que um dos objetivos imediatos de golpe de 1964 foi desarticular a atividade sindical e cortar a cabeça das lideranças e dos delegados nos locais de trabalho. Mas por quê? Havia uma ameaça de “comunização” do país?

O cientista político René Armand Dreifuss demonstrou, mobilizando vasta pesquisa em documentos, que 1964 foi um “golpe de classe”, como defende já no título de seu livro.<sup>14</sup> Empresários de empresas nacionais e transnacionais se organizaram juntamente com militares e lideranças políticas em estruturas como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e outros, para executar a campanha ideológica e a ação golpista. Pesquisas como a do economista Edmilson Costa<sup>15</sup>(falta ref.), esclarecem sobre o fundamento econômico, os interesses materiais no golpe: o novo bloco de poder rendeu aos empresários a possibilidade de deslanchar um “regime de acumulação predatória”, caracterizado pelo pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Entre 1966 e 1974, o salário real médio manteve-se no patamar, ao passo que a produtividade do trabalho cresceu 99%. A participação dos salários no produto industrial era, no Brasil, das mais baixas do mundo (17%). Ou seja, a ameaça do “comunismo” foi apenas um pretexto para a execução de um golpe de classe.

---

<sup>13</sup> Não conseguimos identificar as profissões de seis dos cem cassados pelo AI-1. Os líderes sindicais cassados pelo AI-1 foram: Clodesmidt Riani (eletricitário); Hércules Correa (têxtil); Dante Pelacani (gráfico); Oswaldo Pacheco da Silva (estivador); José Campelo Filho (bancário); Humberto Menezes Pinheiro (CGT); Ubaldino Santos; Raphael Martinelli (ferroviário); Rubens Pinho Teixeira (portuário) (; Álvaro Ventura (estivador); Antonio Pereira Netto (CGT); João Batista Gomes (CGT); Feliciano Honorato Wanderley (CGT); Othon Canedo Lopes (CGT); Paulo de Santana (CGT); Luiz Hugo Guimarães (bancário); Luiz Viegas da Mota Lima (CGT); Maçando Rachid (rodoviário); Newton Oliveira (CGT); Demístocles Baptista (ferroviário); Roberto Morena (marceneiro); Benedicto Cerqueira (metalúrgico); Melo Bastos (aeroviário); Aluisio Palhano Pedreira Ferreira (bancário); Salvador Romano Lossaco (bancário); Mário Soares Lima (petroleiro).

<sup>14</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>15</sup> COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil (1964-1985): 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória**. Boitempo, São Paulo, 1997.

## 2. Como o movimento operário foi reprimido

Uma série de denúncias feitas por operários de quatro diferentes zonas industriais de São Paulo (Leste, Sul, Sudeste e Oeste) nas reuniões do Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizadas de 2007 em diante, permitiram reconstituir como esse “regime de acumulação predatória” foi sendo implantado dentro das fábricas.

Algumas medidas, como vimos, vieram “de cima para baixo”, por ação dos agentes da ditadura a partir do poder de Estado conquistado, definindo o novo enquadramento político-jurídico do mundo do trabalho. Essas medidas foram:

- intervenções nas entidades sindicais
- cassação dos mandatos de dirigentes sindicais
- prisões de dirigentes e delegados sindicais

A essas medidas somaram-se:

- Lei 4.330, promulgada em 1º de junho de 1964, que, afirmando “regulamentar o direito de greve”, praticamente cassava este direito. As restrições eram muitas: servidores da União, estados, municípios e autarquias não podiam exercê-lo. A paralisação só poderia ocorrer se fosse aprovada em assembleia, **pelo voto secreto** da maioria com a presença de pelo menos 1/3 dos associados ou 1/8 para entidades com mais de cinco mil associados. Os votos tinham de ser apurados por uma mesa presidida por membro do Ministério Público do Trabalho. A lei teve um efeito devastador: segundo o pesquisador Keneth Erickson, em 1962 ocorreram 154 greves no Brasil; em 1963, 302; em 1965 o total caiu para 25; em 1966 ocorreram apenas 15 greves; 12 em 1970 e nenhuma em 1971.<sup>16</sup>

- Lei 4.725, aprovada em 13 de julho de 1965 e decretos complementares baixados em 1966, conhecida como a “Lei do Arrocho”, definiu que os índices de reajuste salarial passariam a ser decretados pelo Poder Executivo, com base em critérios de cálculo desfavoráveis aos trabalhadores. As negociações coletivas limitavam-se, então, às chamadas “cláusulas sociais”: férias, transporte, segurança no trabalho, esvaziando o papel dos sindicatos. O jurista e professor de Direito da USP, Jorge Luiz Souto Maior, em

---

<sup>16</sup> Citado por ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 94.

palestra no seminário *A Justiça de Transição no Brasil e a Luta por reparação*, realizado no dia 27 de outubro de 2023 na Faculdade de Direito da USP, calculou que a nova legislação trabalhista outorgada pela ditadura autorizou a Justiça do Trabalho a interferir para redução de salários em até 25%: “Não é uma redução de salários por acordo, é uma redução de salários imposta pela Justiça.

- Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, criando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e extinguindo, na prática, a estabilidade no emprego para empregados com mais de dez anos de trabalho na mesma empresa. O impacto negativo dessa lei no meio operário pode ser avaliado pelo que a pesquisa (que comentaremos com mais detalhe adiante) sobre as violações cometidas pela Companhia Doca de Santos (CDS) em cumplicidade com a ditadura revelou: segundo o Informe nº86/QG-4 do Ministério da Aeronáutica, de 26 de abril de 1966, o fim da estabilidade causou um verdadeiro estado de tensão no pessoal pertencente à CDS, registrando-se os casos de seis suicídios de trabalhadores.<sup>17</sup>

Intervenção nos sindicatos, cassação de lideranças, proibição de greves, arrocho salarial e fim da estabilidade no emprego: alguém duvida que o Brasil começava a tornar-se um paraíso para a burguesia explorar os trabalhadores pagando por sua força de trabalho abaixo do valor de mercado? Seria exagero dizer que os militares foram o “braço armado” de um projeto das empresas transnacionais associadas a sócios nacionais?

Esse enquadramento “de cima para baixo” do mundo do trabalho foi complementado por uma série de medidas “de baixo para cima”, adotadas pelos empresários nas fábricas, instaurando um *novo regime fabril*, de vigilância e controle militarizado. O Estado que, com as leis trabalhistas desde os anos 1920 e 1930, havia começado a entrar nas fábricas como um mediador (sempre com uma tendência a favorecer os empresários) dos conflitos entre trabalhadores e patrões, entrava agora como um fiel aliado dos patrões contra seus empregados.

As repetidas denúncias apresentadas pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores ao *Projeto Memória*, já citado, permitem visualizar claramente os dispositivos desse *novo regime fabril*:

---

<sup>17</sup> DOCAS: parceria empresa/Estado na repressão aos trabalhadores. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 134. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

- Elaboração de “listas sujas” com os nomes de grevistas, ativistas sindicais ou simplesmente de quem abria a boca para reivindicar alguma coisa. As listas circulavam entre empresas e podiam privar os “indesejáveis” de empregos no município, em municípios vizinhos, nas grandes empresas, chegando, em muitos casos, a impedir, na prática, o exercício da profissão.
- Criação de associações formais e informais de chefes dos RIs (Responsáveis Industriais) e RHs (Recursos Humanos) para troca de informações e articulação do controle e vigilância em toda uma região. Exemplos: Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (Cecose)<sup>18</sup>; Associação dos Administradores de Pessoal de Santo Amaro (AAPSA).<sup>19</sup>
- Contratação de ex-militares, policiais, agentes da Polícia Federal e outros profissionais da repressão, como responsáveis pela vigilância e controle nas fábricas. Em algumas empresas, como ficou comprovado no caso da Volkswagen de São Bernardo do Campo, foram criadas salinhas para interrogatório e mesmo tortura de ativistas. A Comissão Municipal da Verdade de Osasco registrou denúncia sobre dispositivo semelhante na Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. (Sofunge).
- Infiltração de agentes policiais disfarçados de operários
- Colaboração entre interventores sindicais, pelegos, polícia política e empresários na identificação e repressão a “agitadores” das oposições sindicais, que podiam ser presos ou demitidos
- Controle patronal estreito sobre as CIPAs, indicando os representantes dos trabalhadores e boicotando suas atividades
- Controle ideológico severo, desde as entrevistas de admissão, quando perguntas sobre assuntos não pertinentes ao exercício da profissão eram apresentadas, tais como: “Você costuma ler jornais? Quais?”. Revista, por seguranças da empresa, dos armários dos operários em busca de material sindical ou político.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> MARTINS, Richard. **Lutas vigiadas**: militância operária, retaliação patronal e repressão no Vale do Paraíba (1979-1994). Salvador: Saga, 2022.

<sup>19</sup> INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS (IIEP)-Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/Projeto Memória. **Investigação Operária**: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Pulo, 2014, p. 104.

<sup>20</sup> Sobre o novo regime fabril, ver: FONTES, Milena Fonseca. **Comissões da Verdade no Brasil e trabalhadores: limites e extensão (2012 a 2016) – memórias não reveladas**. Dissertação (Mestrado em

### 3. A pesquisa militante revela o segredo: em 1964 instaurou-se uma *ditadura empresarial-militar* (tenho dúvida sobre esse título)

Como se percebe, investigações conduzidas por entidades como o IIEP, que reúne os remanescentes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; por sindicatos; por pesquisadores e pesquisadoras formados politicamente nesses ambientes, permitiram preservar o testemunho e a documentação comprobatória da aliança empresarial-militar constitutiva do regime ditatorial de 1964. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em maio de 2012, e das diversas comissões estaduais, municipais e setoriais, os casos pesquisados se ampliaram, o volume e a variedade de provas aumentaram e uma nova questão política e jurídica entrou na agenda: a responsabilização das empresas por sua participação no golpe e na sustentação da ditadura e a reparação às vítimas.

Foi no âmbito dos grupos de trabalho responsáveis por apurar sobre *Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical* e sobre *Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas* da CNV que, mais uma vez com a forte participação das entidades e agentes acima mencionados, um passo adiante foi dado nesse processo. Reuniram-se os elementos materiais e políticos para a apresentação, em 2016, de uma representação contra a Volkswagen do Brasil, acolhida pelo Ministério Público Federal (MPF), que instaurou um inquérito civil, conduzido conjuntamente com inquéritos do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

Os inquéritos tramitaram durante cinco anos, reunindo provas da colaboração ativa da empresa com a ditadura, da vigilância aos trabalhadores e repasse de informações aos órgãos de repressão, facilitando a execução de prisões ilegais e torturas fora e dentro da própria Volks. Os inquéritos foram encerrados em 2020, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que puniu a multinacional alemã com as seguintes obrigações, segundo o *Informe Público* de Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp:

---

História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, PUC, São Paulo, 2019, p. 76-103; INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS (IIEP)-Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/Projeto Memória. **Investigação Operária:** empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo, 2014, p. 65.

- pagamento de nove milhões de reais para os fundos federal e estadual de defesa e reparação de direitos difusos;
- publicação em jornais de declaração sobre o assunto;
- doação de R\$ 16,8 milhões de reais para a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Volkswagen (valor a ser destinado a ex-trabalhadores/as e familiares);
- doação de R\$ 10,5 milhões para projetos de promoção da memória e a verdade e a entidades qualificadas para a realização de pesquisas sobre a colaboração de empresas com a ditadura. Desse montante, R\$ 4,5 milhões foram destinados ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) em maio de 2021, sendo R\$ 2,5 milhões para apoio a atividades do centro relacionadas à identificação de presos políticos desaparecidos que, provavelmente, foram enterrados na “Vala de Perus” ~~(não vale citar nominalmente a Vala de Perus?)~~, e R\$ 2 milhões para a gestão de pesquisas sobre a cumplicidade de outras empresas com a ditadura.<sup>21</sup>

O CAAF/Unifesp coordenou, então, durante um ano e oito meses, de outubro de 2021 a junho de 2023, com a colaboração, mais uma vez do IIEP, de várias entidades sindicais e da sociedade civil, o projeto *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*, que investigou, em uma primeira fase, dez empresas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Josapar, Folha de S. Paulo, Itaipu, Paranapanema, Fiat, Aracruz, Petrobrás, Cobrasma e Cia. Doca de Santos. Em uma segunda fase, foram incluídas mais três empresas: Belgo-Mineira, Embraer e Manesmann. Paralelamente, outros grupos de pesquisa investigaram quatro temas transversais:

- questões raciais (sobre racismo nas práticas das empresas e organização de estratégias de resistência por parte do movimento negro)

---

<sup>21</sup> OSMO, Carla; TELES, Edson; CALAZANS, Marília. APRESENTAÇÃO. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público**. São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), 2023, p. 7. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

- questões de gênero (sobre discriminação contra mulheres trabalhadoras, assédio sexual, controle dos corpos como limitação do uso do banheiro, revistas, contaminação com produtos químicos na indústria farmacêutica)
- questões relativas aos povos indígenas (sobre violações ligadas à realização de grandes empreendimentos, como construção de estradas e usinas e atividades de mineração)
- questões relativas à participação da Justiça do Trabalho nas violações.<sup>22</sup>

Os resultados das dez pesquisas já concluídas não apenas confirmam o que pesquisas anteriores, como o *Projeto Memória* e o relatório da CNV e os de outras comissões apuraram, mas desenharam um quadro nacional do essencial da ditadura empresarial/militar. A partir da leitura do *Informe Público* elaborado pelas equipes responsáveis pelas pesquisas pode-se concluir que tanto a estabilidade política do modelo adotado quanto seu rendimento econômico se apoiavam na reconfiguração das funções das indústrias e do agronegócio, públicas e privadas, nacionais e transnacionais (ou pelo menos de algumas das principais) como dispositivos de repressão e controle de seus próprios empregados, familiares e cidadãos moradores dos territórios atingidos pelo poder das empresas e, ao mesmo tempo, como mecanismos de superexploração do trabalho. As evidências encontradas por três das dez pesquisas, a título de exemplo, serão relatadas a seguir.

Tanto na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), quanto na Companhia Docas de Santos (CDS) e na Fiat, formaram-se ou foram reformados poderosos aparelhos internos de repressão aos operários.

Na CSN, a partir de 1977, o Serviço Nacional de Informações (SNI) instalou diretamente um “braço”, a Assessoria de Segurança e Informações (ASI/CSN), vinculada ao Departamento de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Indústria e Comércio. Paralelamente, continuava funcionando outro órgão de monitoramento criado desde os primeiros anos da usina: a Linha de Serviços Gerais (LSG), do Departamento de Segurança da Usina (DSU), que passou a cumprir funções estratégicas, “de segurança

---

<sup>22</sup> Idem, p. 8.

nacional”, além da segurança patrimonial e no trabalho. A ASI executava ações de “inteligência” e o DSU, as operações “de campo”.<sup>23</sup>

Na CDS, o antigo Departamento de Vigilância Interna, criado na época do Império, teve suas funções repressivas reformuladas pelo Decreto-Lei nº3, de 27 de janeiro de 1966, tornando-se um órgão policial, armado, subordinado à direção da empresa, com poderes de repressão sobre toda a atividade que lhe parecesse suspeita.<sup>24</sup>

Na Fiat, um coronel reformado, Joffre Klein, era responsável pelo aparelho interno de vigilância e repressão e colaborava diretamente com a Coordenação Geral de Segurança (Coseg), órgão de polícia política estadual, criado em 1970 para coordenar atividades de informação e repressão política em conjunto com o Deops. Nos arquivos da Coseg foram encontrados documentos com papel timbrado da Fiat e documentos sigilosos do setor de recursos humanos. A pesquisa comprovou que era mantido, dentro da empresa (como vimos que também ocorria na Volks, na Sofunge e, certamente, em outras empresas), um espaço para interrogatório e intimidação dos trabalhadores, conhecido como “sala do corpo de bombeiros”.<sup>25</sup>

Esses organismos repressivos foram responsáveis por monitorar atividades e reunir informações que permitiram práticas de torturas, prisões arbitrárias, demissões em massa, repressão a greves, violação de direitos trabalhistas, intimidação de familiares, entre outros crimes.

Com relação às atividades sindicais, é importante lembrar que, no dia do golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda foi cercado e invadido por forças do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército, membros da diretoria foram presos, mobiliários e documentos foram destruídos. Na Baixada Santista, doze sindicatos sofreram intervenção e/ou determinação de junta governativa e trinta e cinco trabalhadores tiveram seus mandatos sindicais cassados. Por sua vez, quando a Fiat do

---

<sup>23</sup> CSN: de mãos dadas com a violência de Estado. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 88. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

<sup>24</sup> DOCAS: parceria empresa/Estado na repressão aos trabalhadores. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 123. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

<sup>25</sup> FIAT. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 155. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

Brasil foi criada, em 1973, não existia sequer um sindicato de metalúrgicos na cidade de Betim, onde a empresa instalou-se, o que foi um importante atrativo para os industriais italianos. Após o golpe, foram instaurados Inquéritos Policiais Militares (IPMs), tanto na CSN como na CDS. O primeiro resultou na prisão de 58 trabalhadores e o segundo, de 128, que foram levados para delegacias, presídios e até para o navio Raul Soares, o transatlântico desativado, rebocado do Rio de Janeiro para a região do Porto de Santos e transformado em navio-prisão pela Marinha após o golpe de 1964. Foi adaptado para funcionar como centro de encarceramento e tortura de sindicalistas e militantes de esquerda da região até outubro de 1964.

Finalmente, é importante lembrar que, se por um lado o regime empresarial-militar arrochava os salários e o *novo regime fabril* permitia a superexploração dos trabalhadores, por outro, empresas específicas eram agraciadas com uma série de vantagens. A pesquisa comprovou benefícios nos dez casos tratados. Dos três que estamos tomando como exemplos, a CSN, por ser uma estatal, criada por decreto-lei durante a vigência do Estado Novo (1941), teve um tratamento especial para a fixação de trabalhadores na cidade de Volta Redonda, com a concessão de moradias; o apoio direto de unidades das Forças Armadas instaladas na região (além do 1º BIB, o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército-22º BIMtz) para o disciplinamento e controle da força de trabalho; o favorecimento para a desenvolver-se como uma força oligopolista em relação à região do Médio Paraíba Fluminense, subordinando negócios locais, o mercado de trabalho e pequenas e médias empresas ao seu padrão produtivo.<sup>26</sup>Os interesses da CSN terminaram por subordinar até mesmo o poder municipal, com declaração de Volta Redonda como *Área de Segurança Nacional*, através do decreto-lei 1273, assinado pelo ditador Garrastazu Médici em 1973. Daí em diante, até 1985, a administração municipal ficou sob intervenção e o Exército exercia forte influência na designação dos prefeitos.

Segundo o relatório

observa-se que parte significativa do crescimento da empresa se deu durante o período da ditadura militar e devia atender aos interesses de desenvolvimento nacional, resultando em levas migratórias contínuas. Uma das preocupações constantes, desde os primeiros tempos, era com o “controle da ordem”, em uma cidade de alta concentração operária (...)<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> CSN: de mãos dadas com a violência de Estado. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 85. Disponível em: < [InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

<sup>27</sup> Idem, p. 87.

Quanto à CDS, que operava no porto de Santos em regime de concessão, o Estado garantiu-lhe acesso a vultosos recursos, empréstimos e financiamentos públicos e privados para ampliações, reformas e reestruturações do porto. Um exemplo dos privilégios concedidos à CDS são portarias e resoluções de organismos do governo federal autorizando, a partir de 1964, o reajuste das taxas cobradas pela movimentação de mercadorias no cais do porto, de exportação, importação e armazenamento, sempre que os dissídios coletivos provocassem aumentos salariais.

No caso da Fiat, em 14 de março de 1973 foi assinado um *Acordo de Comunhão de Interesses* com o governo de Minas Gerais, que se manteve sócio da montadora até 1988. Investiu 71,499 milhões de dólares, tornando-se sócio minoritário com 49,99% das ações. Uma série de leis, decretos-lei e resoluções, tanto do governo de Minas Gerais quanto do Federal, promulgados entre 1970 e 1972, asseguraram à transnacional a isenção de impostos para conversão de moedas e repatriação de dividendos à Itália; linhas de crédito para capital de giro; moradias da Companhia de Habitação Popular (COHAB-MG) para os operários; concessão a preços módicos do terreno em que a fábrica instalou-se, entre outros.<sup>28</sup>

#### **4. Contra o “milagre econômico”, um “milagre político e social”: trabalhadores brasileiros sustentam o maior ciclo de greves da história ocidental**

Considerando tudo isso, é surpreendente que essa classe trabalhadora reprimida, vigiada, superexplorada, decapitada de suas direções, com suas organizações sob intervenção, tenha realizado, de 1978 a 1992 um intenso ciclo de greves que, de 1985 a 1992, segundo o sociólogo Eduardo Noronha, atingiu “um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais”.<sup>29</sup>

Além da resistência às agressões externas, a sustentação do longo período grevista teve de resolver outro problema, talvez ainda mais grave, desvelado por John French em sua biografia sobre Lula: o da ignorância, não oposição, apoio passivo ou mesmo aberto ao golpe de 1964 no meio da classe trabalhadora. O autor atribui esse comportamento à distância entre as promessas simbólicas de João Goulart (no comício da Central do Brasil,

---

<sup>28</sup> FIAT. **Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. Informe Público.** São Paulo, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CCAF), 2023, p. 151. Disponível em: <[InformePublico.pdf \(unifesp.br\)](#)>. Acesso em 20 fev. 2024.

<sup>29</sup> NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, nº 76, 2009, p. 119.

por exemplo) e a ausência de uma ação efetiva para controlar a inflação galopante, como também à falta de conhecimento, “que refletia a internalização das normas de uma sociedade profundamente autoritária e elitista, o que resultava em inibições e limitações pessoais em relação à política e ao governo”.<sup>30</sup>

French especula sobre essa cisão entre os “ativistas mobilizados” e a “reação social mais ampla” contrapondo o “bom moço” Lula, com dezenove anos em 1964, e seu irmão “rebelde”, Frei Chico, com vinte e dois anos, um ativista sindical ligado ao Partido Comunista (PCB). Enquanto este rejeitava firmemente o golpe, o primeiro, em entrevista a Ronaldo Costa Couto, dada em 1997, reconheceu que na fábrica onde trabalhava, a Metalúrgica Independência, “o orgulho dos militares terem chegado ao poder era muito grande. As pessoas confiavam no exército brasileiro (...) e eu achava que o golpe era uma coisa boa”. Para jovens de sua idade, “o Exército era uma instituição de muita credibilidade, como se fosse uma coisa sagrada, uma coisa intocável”.<sup>31</sup>

O ciclo de greves, portanto, foi um verdadeiro “milagre” social e político, de certa forma uma decorrência e uma reação ao “milagre econômico” de 1968-1973. Como foi possível tamanha façanha?

Veremos que, em 1978, possivelmente os “bons moços” de 1964 estivessem desiludidos com o regime militar; o “milagre econômico” era passado; a ditadura nas fábricas sofrida e a sociedade começava a movimentar-se. Criava-se uma oportunidade para a palavra dos “rebeldes”, que exerceram o papel de “conectores” entre redes de organizações e de “mediadores” entre a experiência passada e o presente. Quando se fala em um ciclo de greves ou confrontos, é comum se usar imagens como “incêndio”, “onda” ou “contágio” grevista. A metáfora é sugestiva, mas traz um problema: equipara a greve a um fenômeno da natureza, que se manifestaria espontaneamente ou subordinado a leis do mundo físico. E ciclos de greves, ao contrário, são processos complexos, envolvendo aspecto sociais, culturais, políticos, econômicos e de psicologia coletiva. Por isso, uma área da sociologia, a das “teorias da ação coletiva”, investiga quais são os *mecanismos* que propiciam as mobilizações e desmobilizações; como se dá a *difusão* do movimento e

---

<sup>30</sup> FRENCH, John D. **Lula and his politics of cunning: from metalworker to presidente of Brazil**. The University of North Carolina Press, 2020, p. 158.

<sup>31</sup> Idem, p. 84

quais são as *formas de organização* adotadas em ciclos de greves e conflitos políticos, a fim de bem compreendê-los.

Como *mecanismos*, Sidney Tarrow, um dos teóricos da ação coletiva, identifica as *estruturas de oportunidades e riscos políticos*; os *repertórios herdados e criados* (tipos de ação coletiva aprendidos e aceitos, como greves, marchas, ocupações etc.) e *as campanhas e formação coalizões*. Vamos tratar aqui de como os metalúrgicos da Grande São Paulo, a partir de 1978, acionaram os mecanismos do ciclo de greves e como este se combinou com um ciclo de protestos que alterou a dinâmica da “transição pelo alto” da ditadura para a democracia no Brasil.

Como o objetivo deste artigo não é tratar exaustivamente de todo o processo grevista, mas apenas pensar no impacto qualitativo desse movimento na liquidação da ditadura, vamos analisar a seguir apenas as greves de “braços cruzados e máquinas paradas” de 1978.<sup>32</sup> É importante, no entanto, termos como referência o calendário da chamada “sub-fase” (segundo a classificação de Eduardo Noronha<sup>33</sup>) metalúrgica do ciclo grevista em São Paulo: 12 a 30 de maio de 1978 – greves de “braços cruzados e máquinas paradas” no ABC. Representaram um “golpe rápido e contundente”, segundo Abramo, mobilizando cerca de 61.800 operários de 28 empresas.<sup>34</sup>

- 26 de maio a setembro de 1978 – greves de braços cruzados e máquinas paradas em São Paulo, Osasco e Guarulhos. Processo mais prolongado, envolvendo maior número de empresas pequenas e médias (77 empresas ao todo) e um menor número de trabalhadores (55.905).
- 30 de outubro de 1978 a 1º de novembro – primeira greve geral metalúrgica na grande São Paulo com assembleias de 20 a 30 mil pessoas na rua do Carmo.
- 13 a 27 de março de 1979 – greve geral metalúrgica em São Bernardo, Santo André e São Caetano. Os três sindicatos sob intervenção em 23 de março.

---

<sup>32</sup> As greves de maio a outubro de 1978 no ABC, São Paulo, Osasco e Guarulhos, ficaram conhecidas como “de braços cruzados e máquinas paradas”, pois os trabalhadores e trabalhadoras entravam na empresa, batiam o cartão de ponto, dirigiam-se ao local de trabalho, mas não acionavam as máquinas.

<sup>33</sup> No artigo “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007” (ver nota 29), o sociólogo Eduardo Noronha divide o ciclo de greves em três fases: expansão (1978-1984); explosão (1985-1992) e declínio (1993-1997). Divide, ainda, a primeira fase em três “sub-fases”; 1978-1979, com greves concentradas no setor privado, com forte concentração na área metalúrgica; 1980-1982, com retração das greves e 1983-1984, com retomada das greves nos setores privado e público.

<sup>34</sup> ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999, p. 210.

- 29 de outubro a 8 de novembro de 1979 – greve geral metalúrgica em São Paulo e Guarulhos, com participação de Osasco nos dias 30 e 31 de outubro. Santo Dias, metalúrgico da Oposição Sindical Metalúrgica foi assassinado em 30 de outubro pela PM.
- 1º de abril a 5 de maio de 1980 – greve geral metalúrgica em São Bernardo. São Caetano do Sul participou até o 8º dia e Santo André, até o 34º.

Em maio de 1978, lideranças como Gilson Menezes, na Scania de São Bernardo do Campo; Anizio Batista, na Toshiba de São Paulo; José Pedro da Silva, na Brown Boveri de Osasco e Rodrigues, na Mannesmann de Guarulhos (o primeiro, diretor do Sindicato, os três últimos, integrantes das oposições), interpretaram que se formava uma *estrutura de oportunidades e riscos políticos* mais favorável à ação grevista. Essa leitura mostrou-se correta, já que a greve inaugural, em 12 de maio de 1978 na Scania, não foi sufocada pelo aparato repressivo da ditadura, estendeu-se para fábricas maiores de São Bernardo (como a Ford, a Mercedes, a Volks), para Santo André (com a adesão dos operários da Pirelli, GE do Brasil, Rhodia) e para São Caetano, na Mannesman. Foram abertas negociações diretas entre empresários e grevistas e conquistados reajustes e antecipações salariais. Um dos fatores que explicam a ampliação do ciclo de greves é que lideranças metalúrgicas de São Paulo, Osasco e Guarulhos constataram que a ação dos pioneiros de São Bernardo tivera sucesso, comprovando que, na prática, abria-se a possibilidade (não sem riscos), de também mobilizarem e compensarem as perdas salariais e a opressão do *novo regime fabril*.

É claro, por outro lado, que as lideranças metalúrgicas foram ouvidas pela classe porque as notícias das greves se espalhavam de várias maneiras e seus discursos pareciam merecer credibilidade. Essas lideranças, por sua vez, estavam conectadas com *redes* de organizações como sindicatos, oposições sindicais, comissões de fábrica, pastorais da Igreja católica, organizações de esquerda, organizações de bairro – reivindicativas ou culturais. A leitura correta da *estrutura de oportunidades e riscos políticos*, portanto, não saiu da cabeça de cada um (embora a convicção e a ousadia individual tenham sido fundamentais nas primeiras ações), mas de organizações conectadas em redes e da elaboração de uma experiência coletiva.

Uma das características da abertura de oportunidades para novas ações coletivas é o surgimento de divisões no campo da classe dominante. Essas clivagens vieram à tona

naquele ano de 1978, quando houve eleições para governador (1º de setembro) e presidente (15 de outubro), resolvidas nos colégios eleitorais, por “via indireta”, portanto, e para senador e deputados federais e estaduais (15 de novembro) pelo sufrágio universal.

Embora indireta, a eleição para presidente em 1978 foi disputada: o MDB apresentou a candidatura de um general dissidente, Euler Bentes Monteiro, que obteve 38,9% dos votos no colégio eleitoral, e obrigou João Baptista Figueiredo, candidato da ditadura, a lançar-se em campanha e reconhecer uma aspiração nacional pela abertura política. Um ano antes, fora decapitada uma outra dissidência, de ultradireita: o ministro da Guerra, Sylvio Frota tramou um golpe de Estado, com apoio parlamentar de cerca de 40 deputados, sendo exonerado por Ernesto Geisel em 12 de outubro.

Além das divisões no “andar de cima”, os dirigentes metalúrgicos observaram que os estudantes haviam saído às ruas em 1977, sendo reprimidos, mas não se intimidando, seguidos por intelectuais, juristas e artistas. O ciclo de greves, na verdade, fez parte de um ciclo de lutas mais amplo, que começou em 1977, disparado pelos protestos estudantis contra as prisões de Marcia Basseto Paes, Celso Brambilla e José Maria de Almeida, metalúrgicos militantes da organização trotskista Liga Operária, em 28 de abril de 1977. No mesmo episódio (uma panfletagem sobre o 1º de Maio) também foram presos Ademir Marini e os estudantes Fernando Antonio de Oliveira Lopes e Anita Maria Fabbri. Nos dias seguintes, foram presos mais oito estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e, ao que parece, em 5 de maio, quando foi realizado um ato público reunindo cerca de sete mil pessoas no Largo do São Francisco, destes continuavam detidos Claudio Julio Gravina e Fortuna Dwerk.<sup>35</sup>

Segundo depoimento de Celso Brambilla, foram o operário químico aposentado e ex-dirigente sindical Pacheco, de Santo André, e o metalúrgico Jefferson, de São Bernardo do Campo que, enviados pela Liga Operária, discursando em assembleia estudantil da USP, em 3 de maio, despertaram o ânimo dos presentes para organizarem o ato público no Largo do São Francisco, em 5 de maio.<sup>36</sup> Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, a manifestação foi organizada conjuntamente pelos DCEs da USP e da PUC. É notável portanto que, como no caso do ciclo de protestos italiano de 1965-1975, estudado

---

<sup>35</sup> A informação sobre os oito estudantes presos depois do 1º de maio e os nomes de Claudio Julio Gravina e Fortuna Dwerk está no documentário *O apito da panela de pressão*, criado em 1977 pelo Diretório Central de Estudantes da USP (DCE) disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DUGZABQ0L5>.

<sup>36</sup> [Opera Mundi: Histórias da Nossa Classe: Celso Brambilla e a ousadia da Liga Operária \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br)

por Tarrow<sup>37</sup>, aqui também as manifestações estudantis tiveram papel pioneiro, mas já nesse momento inicial estavam presentes sujeitos pertencentes a outras redes: operários metalúrgicos do ABC e organizações de esquerda.

Em 8 de agosto de 1977 duas mil pessoas novamente se reuniram no largo do São Francisco para o lançamento da *Carta aos Brasileiros*, redigida pelo jurista veterano Gofredo da Silva Telles Júnior. O libelo democrático contou com a adesão de centenas de assinaturas e àquela primeira leitura pública compareceram representantes de dezenas de entidades e parlamentares.

Portanto, diversos sujeitos, ligados a redes diferentes de militância (sindicatos, oposições sindicais, organizações trotskistas, diretórios estudantis) apostaram que, em maio de 1977, começava a formar-se uma *estrutura de oportunidades e riscos políticos* favorável a uma retomada das mobilizações, protestos e resistência. Mas e o *repertório das lutas*, foi herdado ou criado na conjuntura? Por que o recurso à greve se tornou tão massivo? Vejamos, por economia de espaço, apenas o caso dos metalúrgicos da Grande São Paulo em 1978.

É preciso considerar que a categoria metalúrgica de 1978 não era a mesma do período de lutas anterior à ditadura empresarial-militar, em São Paulo e muito menos no ABC paulista. Catorze anos haviam se passado, houvera uma renovação devido à idade e à contínua migração de novos contingentes de outros estados para uma indústria em expansão, as lideranças combativas do passado haviam sido presas e perseguidas. Entretanto, embora pesquisas indiquem que em 1971 não se registrou nenhuma greve no Brasil, a cultura da greve fazia parte das camadas mais profundas da experiência operária. Não é que todos fossem portadores do conhecimento dos segredos da técnica grevista, mas a noção da legitimidade daquela forma de luta não pôde ser varrida da cultura operária.

Mas, além disso, havia pessoas que, em 1978, eram portadoras de experiência prática, ou pertenciam a organizações que carregavam, em sua “subcultura” (porque parte da cultura de classe mais geral), esse saber. Eram as lideranças de fábrica, os “conectores”. Para lembrar alguns poucos já mencionados neste texto: Celso Brambilla pertencia à Liga Operária, seção brasileira de uma organização internacional com forte

---

<sup>37</sup> TARROW, Sidney. **DEMOCRACY AND DISORDER: protest and politics in Italy (1965-1975)**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

enraizamento na Argentina, via de transmissão do conhecimento prático da greve. Anízio Batista, era membro da Oposição Sindical Metalúrgica, que tinha raízes na campanha da Chapa Verde – “Chapa de decisão, chapa de renovação” – encabeçada por Waldemar Rossi, que concorreu à direção do Sindicato nas eleições de julho de 1967. A lista era uma coalizão integrada por católicos, ex-membros do PCB e dissidentes da diretoria do sindicato. A partir de 1968, somaram-se correntes de esquerda que tinham como projeto o fortalecimento de comissões de fábrica e a mudança da estrutura sindical: Ação Popular (AP); Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP); trotskistas do Partido Operário Revolucionário (PORT).<sup>38</sup>

Gilson Menezes, por sua vez, era portador de alguma prática de luta do período democrático anterior e da resistência nos “anos de chumbo”, pois “aderiu” à greve geral de 1962 e, com apenas dezoito anos, participou do 1º de Maio de 1968 na Praça da Sé e promoveu uma greve na metalúrgica em que trabalhava.<sup>39</sup>

Rodrigues, natural de Garanhuns, Pernambuco, manteve contatos com a Polop em sua cidade natal no começo dos anos 1970, juntamente com um amigo, Cleodon Silva, que, como ele, se mudaria para São Paulo e seria um dos principais dirigentes da Oposição Sindical Metalúrgica.<sup>40</sup>

Esses conectores, integrados a redes nacionais e internacionais, não ensinaram uma massa de operários metalúrgicos inexperientes o repertório da greve, mas provavelmente acionaram e organizaram algo que estava inscrito na cultura da classe e que não deixara de ser praticado mesmo nos “anos de chumbo”. Basta dizer que, em 6 novembro de 1965, 250 mil metalúrgicos de São Paulo cruzaram os braços por três dias, em campanha salarial por reajuste de 80%; correção semestral dos salários; pagamento de férias em dobro. A greve fora aprovada, em conformidade com a Lei de Greve 4.330, por 8.861 dos 9.058 metalúrgicos presentes na assembleia.<sup>41</sup> Foi instaurado dissídio, julgado pelo TRT da 2ª Região e concedido reajuste de 45% sobre salários vigentes em 6 de novembro. O sindicato recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

---

<sup>38</sup>BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC/SP, 2001, p. 110 a 122.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**: depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, p. 251-52.

<sup>40</sup> Depoimento de Rodrigues, concedido a Murilo Leal, realizado em 18 de dezembro de 2021.

<sup>41</sup> CAMPANHA salarial: 80% de reajuste – caso não houver acordo decretada a greve para zero hora do dia 6 de novembro. **O Metalúrgico**, São Paulo, nº 220, janeiro ajulo de 1965, p. 4.

Para compreendermos como o “repertório da greve” foi preservado e transmitido pela cultura de classe e recriado como greve de “braços cruzados e máquinas paradas” pelos metalúrgicos do ABC, São Paulo, Osasco e Guarulhos em 1978, é importante conhecermos as greves miúdas dos anos 1970. Na Villares, em 1973, foram realizadas paralisações de vinte ou trinta minutos, em horários, seções e turnos alternados, repetindo a operação a cada dois dias, batizada de “operação gato selvagem”. Depois de uma trégua de três dias, foi realizada uma operação tartaruga, afetando toda a produção. Os operários conquistaram 24%, parcelados em três anos. Nessa greve, foi criado um *comitê interfábricas*, reunindo operários de dez empresas metalúrgicas da região Sul, organizado por membros da Oposição Sindical Metalúrgica das grandes fábricas da região: a própria Villares, Metal Leve, MWM e Caterpillar. A experiência durou cerca de dois anos.<sup>42</sup>

Rainho e Bargas argumentam que, no ABC, “as paralisações sempre ocorreram. Mesmo durante os anos das ‘lutas difíceis’, especialmente a partir de acontecimentos pequenos e simples no interior das fábricas”. Os autores continuam explicando que “os trabalhadores combinavam e paralisavam ou amarravam a produção (‘greve tartaruga’) durante algum tempo, até que o ‘direito’ que possuíam passasse a ser reconhecido oficialmente pelas empresas”.<sup>43</sup> Em outro texto, Rainho dá um exemplo concreto:

As paralisações tiveram início há alguns anos e começaram a partir de acontecimentos pequenos e simples no interior das fábricas. Por exemplo, as chefias, de modo geral, proibiam que os operários interrompessem o trabalho para tomar café. Então, passaram a combinar e paralisavam a produção durante alguns minutos, até que o ‘direito’ passou a ser reconhecido oficialmente pelas empresas que estabeleceram intervalos regulares”.<sup>44</sup>

Em 1978 mesmo, Rainho e Bargas mencionam outras paralisações anteriores à greve da Scania, que ocorreram em 30 de março, na Mercedes-Benz, contra a concessão de reajustes salariais apenas para alguns operários escolhidos pelas chefias e em 10 de maio, quando 100 operários da estamparia da Ford paralisaram por reajuste de 20%.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC/SP, 2001, p. 51.

<sup>43</sup> RAINHO, Luís Flávio. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. **Juiz de Fora**: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 65.

<sup>44</sup> RAINHO, Luís Flávio. **Os peões do Grande ABC**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 296.

<sup>45</sup> RAINHO, Luís Flávio. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. **Juiz de Fora**: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 65.

As greves “de braços cruzados e máquinas paradas”, que duraram de maio a outubro de 1978, são um exemplo do papel ativo dos sujeitos na recepção, adaptação às circunstâncias e, conseqüentemente, criação de novos repertórios de luta. No período democrático anterior (1945-1964) nada parecido se registrou. Suas características principais foram as seguintes:

- Foram greves descentralizadas, por empresas, com apresentação de reivindicações semelhantes, mas diferentes. Por exemplo, na Companhia Brasileira de Material Ferroviário (Cobrasma), de Osasco, foram conquistados 15% de aumento para quem recebia até 8 salários-mínimos a partir de 1º de junho e 10% de antecipação a partir de 1º de outubro de 1978; já na Cinpal, de Taboão da Serra, conquistou-se 12% para a faixa até 8 salários-mínimos a partir de 1º de junho e 12% de antecipação em 1º de setembro.<sup>46</sup>

- Por serem descentralizadas, as greves tiveram durações diferentes. Na Toshiba, em São Paulo, durou de 26 de maio a 2 de junho. Dos 800 operários da GE do Jaguaré, 600 pararam por 3 horas e meia no dia 6 de junho, por aumento de 20%. A empresa negociou retorno ao trabalho, com compromisso de resposta até o dia 14 do mesmo mês.<sup>47</sup>

- As formas de organização também foram bem diferentes. Os sindicatos corriam risco de sofrer intervenção do Ministério do Trabalho caso liderassem abertamente aquelas paralisações ilegais. Só se envolveram, então, quando foram convocados para mediar conflitos iniciados pelos próprios operários. No caso de São Bernardo do Campo, em que um diretor do sindicato, Gilson Menezes, foi o organizador da greve inaugural da Scania, tratava-se de uma tática desenvolvida na prática. No caso de São Paulo, em muitas situações as paralisações foram encaminhadas por fora da entidade oficial por desconfiança das lideranças de fábrica em relação à direção do sindicato. Foi o caso da Toshiba, onde os operários formaram uma comissão de negociação com trinta pessoas, depois reduzida para dezoito, que levou as negociações com a empresa sem a mediação do sindicato. A reportagem da *Folha de S. Paulo* de 3 de junho informou: “O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Joaquim dos Santos Andrade, nem mesmo sabia ontem, até o final da tarde, que a empresa já havia firmado o acordo e que os

---

<sup>46</sup> A GREVE: resultados das negociações diretas em nossa base. **Visão Trabalhista** nº 25, Osasco, 1978, p. 5.

<sup>47</sup> Em São Paulo, param GE e Gutmann. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1978, p. 19.

operários tinham retornado ao trabalho”.<sup>48</sup> No caso da Philco, indústria com oito mil operários, dos quais seis mil mulheres, formou-se uma comissão com noventa pessoas que compareciam em peso às negociações na DRT. As negociações também contavam com a presença do presidente do Sindicato e outros diretores.. Segundo depoimento dado por uma das mulheres líderes da paralisação, cujo nome foi mantido em sigilo, ao Centro de Memória Sindical, a direção da Philco propôs que a direção do sindicato saísse das negociações. A proposta foi defendida por membros da comissão, mas acabou derrotada. Segundo o depoimento: “os companheiros não querem que o sindicato sai, porque isso dá uma base legal para a gente, percebe? Ajuda a sustentar a nossa greve etc. e tal, porque é um troço ligado ao governo e a gente tem um respaldo legal caso aconteça alguma coisa na firma...”.<sup>49</sup>

Sobre a greve da Philco, o depoimento de Sofia Dias Batista é esclarecedor quanto às formas específicas de exploração da trabalhadora e dificuldades de organização:

Em 1978 trabalhavam mais de oito mil pessoas na Philco, era uma fábrica gigante na Zona Leste, montava rádio, televisão, placas de circuito interno (...) Quando chegava lá pelas três horas da tarde, que o pessoal estava todo cansado, 90% era mulher, eles aumentavam a velocidade da linha para você ficar esperta e chegar até as cinco da tarde. A maioria desse pessoal eram mulheres, mulheres sem qualificação, a maioria chefes de família, antigamente dizia “mãe solteira”, já era chefe de família, mas não ganhava como chefe de família, sempre foi considerado um complemento de renda dentro de casa. Então, o salário era mais baixo, as condições de trabalho eram extremamente opressoras, porque você não tinha tempo de nada, não podia conversar, não podia pensar, era só completar aquelas peças nas placas de circuito interno de televisão.<sup>50</sup>

A greve na Philco representa a emergência da participação da mulher operária nas lutas do período e sustentou-se pelo trabalho de militantes da Oposição Sindical Metalúrgica, como Sofia Batista e Maria José Soares, com pouca interferência do sindicato. Ainda segundo Sofia:

Então foram 5 dias todo mundo parado dentro da fábrica. Foi muito emocionante e muito difícil realizar esse trabalho, mas nós conseguimos. Tinha várias colegas de vários pontos da fábrica e marcamos a hora e o dia de parar e naquele momento as máquinas foram paradas. Isso deu uma força na organização, deu uma motivação maior, porque a gente conseguiu um aumento. Deu uma motivação de organizar melhor, vimos as falhas que iam acontecendo da greve, com pouquíssima participação do sindicato, foi totalmente independente, o sindicato só apareceu na hora de negociar na DRT

<sup>48</sup> TOSHIBA aceita 15%; trabalho é reiniciado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 jun. 1978, p. 15.

<sup>49</sup> Centro de Memória Sindical. Pasta 43. Depoimentos. Entrevista Philco.

<sup>50</sup> Depoimento de Sofia Dias Batista, concedido a Murilo Leal, realizado em 13 de janeiro de 2018.

(Delegacia Regional do Trabalho) mas na movimentação na articulação foi totalmente independente do sindicato.

- A tática comum a todas as paralisações foi a de entrar na fábrica, “picar o cartão de ponto” onde fosse possível e permanecer “de braços cruzados”, cada um em seu posto de trabalho, durante toda a jornada. No dia seguinte, a operação repetia-se até a conclusão de um acordo com os patrões. A justificativa para o emprego daquela forma de greve aparece nos depoimentos tanto de Anizio Batista (Toshiba) quanto de José Pedro (Brown Boveri). Segundo o primeiro:

Nós decidimos que a greve nossa ia ser a greve de parado na máquina, braços cruzados, cada um no seu posto, por tempo determinado, por motivo de salário. Porque uma greve de piquete igual antigamente a gente viu que os operários não iam assumir. Ou mesmo sair para a rua. Ainda não temos condição de assumir esse tipo de coisa.<sup>51</sup>

Em depoimento a este projeto, José Pedro lembrou as palavras que dirigiu aos seus companheiros da Brown Boveri em assembleia realizada no pátio da fábrica durante a greve de 5 de junho de 1978:

Cada um ficou na sua seção, inclusive zelando pelo patrimônio, isso aí era orientado, né?: “Nada de fazer coisa errada, é parar a produção para negociar os nossos direitos (...)”. Quando eu fui falar, eu disse assim: “Essa greve que nós estamos fazendo aqui, dessa forma, é uma maneira de a gente mostrar para os patrões da nossa civilidade, da nossa seriedade. Nós não queremos confronto com ninguém. Nós não queremos fazer piquete aí para se arrebentar na mão da polícia ou coisa parecida. E nós também não queremos perder o sindicato. Essa greve não foi o sindicato que organizou, essa greve nasceu no chão de fábrica (...)”.<sup>52</sup>

- Dentro de diversas firmas ocorreram assembleias, reuniões amplas de negociação com os patrões e mesmo passeatas e “arrastões” durante os dias de paralisações, como relatou José Pedro sobre a Brown Boveri. Na Metalac, no bairro de São João Clímaco, segundo reportagem jornalística, “os trabalhadores decidiram parar o serviço depois da realização de uma assembleia dentro da fábrica sem a presença do sindicato ou da diretoria da empresa”.<sup>53</sup> Em um extenso boletim de balanço da experiência, publicado posteriormente pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, esses eventos ganharam uma conotação política mais ampla e ambiciosa:

As assembleias dentro das fábricas, nos pátios das empresas ou no interior das mesmas, foram um dos componentes mais importante das greves. O fato dos

<sup>51</sup> Centro de Memória Sindical. Pasta 43. Depoimentos. Entrevista sobre a Toshiba.

<sup>52</sup> Depoimento de José Pedro da Silva, concedido a Murilo Leal, 19 de fevereiro de 2024.

<sup>53</sup> Movimento grevista atinge Siemens de São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 1978, p. 17.

operários se reunirem por vontade própria dentro da fábrica representa para a classe, mesmo instintivamente, uma sensação de PODER que, na oportunidade, foi um salto qualitativo muito grande na consciência política da classe operária.<sup>54</sup>

Vimos até aqui que, apesar da repressão estatal, do *novo regime fabril*, das mudanças na própria formação etária e individual da classe operária, a greve, como parte de um repertório de lutas herdado ou recriado, não se perdeu, foi praticada, com altos e baixos, desde os anos iniciais da ditadura (a greve de 1965 dos metalúrgicos de São Paulo), e difundida amplamente em um dos maiores ciclos de greve da história ocidental, por indivíduos e organizações pertencentes a redes nacionais e internacionais que encontraram, a partir de 1978, um ambiente favorável à expansão dessa forma de luta. O ciclo grevista, entretanto, não se assemelhou a uma onda ou a um contágio, mas a uma construção cuidadosa, na qual não estavam descartados riscos, emoções e contingências. A teoria da ação coletiva começou a identificar e conceituar os *mecanismos* e *processos* constitutivos dessa construção, elencando, como vimos, a percepção de uma estrutura de oportunidades (e riscos) favorável; a possibilidade de recurso a um repertório de lutas aceito, eventualmente adaptando-o a novas circunstâncias.

Para finalizar esta rápida apresentação e exemplificação dos mecanismos de ciclos de greves no caso brasileiro, cabe identificar que *campanhas* favoreceram o ciclo e que *coalizões* o sustentaram.

Por *campanha*, Tarrow entende esforços organizados e mantidos publicamente para encaminhar reivindicações coletivas a autoridades. Diferenciam-se de uma petição, uma declaração ou um comício de massa por irem além de eventos singulares como esses.<sup>55</sup> Neste ano de 2024, em que repudiamos os 60 anos do golpe empresarial-militar de 31 de março, é importante compreendermos as *campanhas* e *coalizões* que propiciaram o ciclo de greves para visualizarmos a relação entre esses eventos e o ciclo de protestos mais amplo que se encaminhou para o movimento das Diretas-Já e para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Tudo indica que a facção “castelista” da ditadura (encarnada, na conjuntura do final dos anos 1970, por Ernesto Geisel-Golbery do Couto e Silva-João Baptista Figueiredo) esperava realizar plenamente o projeto da “transição lenta-gradual-segura”, negociando com uma oposição parlamentar e empresarial (que

---

<sup>54</sup> EXPANSÃO do ciclo de greves entre maio-nov. 1978 – elementos de propagação. Acervo IIEP, Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978.

<sup>55</sup> TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge University Press: New York, 2011, p. 191.

começava a formar-se) uma passagem do poder de Estado aos civis, com a continuidade de uma forte tutela militar como um “Poder Moderador”, contra as “desordens”. Se outras possibilidades se abriram contrárias a esse projeto, deve-se ao ciclo de greves e protestos; as *campanhas* e a formação de *coalizões* permitem enxergar como se deu a conexão entre as lutas operárias e os movimentos pela redemocratização e pela “justiça social”.

Podemos dizer que a difusão das greves e protestos foi possível não pelo contágio espontâneo, mas por um conjunto de campanhas interligadas, sendo algumas das principais:

- campanhas salariais dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo, Osasco e Guarulhos;

- *Movimento de Reposição Salarial*, iniciado no segundo semestre de 1977;

- campanha política para deputado e senador em 1978, na qual algumas candidaturas, como a de Fernando Henrique Cardoso ao Senado, Aurélio Peres e Benedito Marcílio à Câmara Federal e Irma Passoni à Assembleia Legislativa, vincularam-se às lutas metalúrgicas;

- coleta de um milhão de assinaturas contra a carestia pelo Movimento do Custo de Vida;

- campanhas de solidariedade aos grevistas.

*Campanhas*, por sua vez, têm o poder de estimular *coalizões* e formar sujeitos coletivos. Vejamos, então, resumidamente, as características de cada uma dessas campanhas que as tornaram parte de um poderoso ciclo de protestos e que *coalizões* se formaram no começo e durante essas campanhas.

## **5. O papel das campanhas populares para a expansão do ciclo de greves e protestos e a liquidação da ditadura**

-5.1.Campanhas salariais – Nas categorias profissionais numerosas, representadas por sindicatos fortes, as campanhas salariais precedem a data-base, na qual patrões e empregados negociam os termos da convenção coletiva de trabalho. Essas negociações fazem parte de um rito institucionalizado do conflito trabalhista e, em tempos de desmobilização operária, são quase uma formalidade burocrática. Mas não foi assim de 1978 a 1980 para os metalúrgicos da Grande São Paulo. Nessa conjuntura de arrocho salarial, reivindicações represadas e oportunidades se abrindo, as categorias profissionais mobilizavam-se na data-base estabelecida por lei (no ABC em abril e em S. Paulo, Osasco

e Guarulhos, em novembro) e voltavam a mobilizar-se, embora com menor intensidade, após seis meses da data-base, por uma “antecipação salarial”.

Desta forma, em maio, quando estourou a greve da Scania, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, reivindicavam antecipação salarial. No caso de São Paulo, por exemplo, foi realizada uma assembleia em 14 de abril de 1978, que, segundo *O Metalúrgico*, “contou com a participação maciça dos associados, lotando totalmente as dependências do nosso salão de assembleias”.<sup>56</sup> Foi informado que, desde o último reajuste, em novembro de 1977, até aquela data, o índice de inflação fora de 21%. O presidente do Sindicato, Joaquinção, então informou que enviara “comunicações por escrito” aos patrões, reivindicando “reajuste ou aumento de 21%”, mas que os patrões “pegam estes ofícios ou jogam na cesta do lixo ou mandam para o arquivo”. O jeito, então, era “organizar greve tartaruga, paralisações de protesto para que possamos, antes do dissídio, termos realmente um aumento de salários”.<sup>57</sup> Cerca de 45 dias depois, começava a greve na Toshiba, por reajuste de 21% “como havia sido aprovado na Assembleia de 14 de abril no sindicato”, segundo Anízio Batista.

Em 1978, portanto, a campanha salarial do ABC coincidiu com a campanha por antecipação salarial de São Paulo, Osasco e Guarulhos. No dia 12 de março, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema realizou uma assembleia na qual foi aprovada, por unanimidade, uma espécie de “anti-campanha salarial”: denunciar a farsa do dissídio coletivo, não apresentar qualquer índice de reajuste salarial e reivindicar abertura de negociações diretas com os patrões. De acordo com Lula: “Em 1978 nós resolvemos provar para os trabalhadores que, por causa da lei salarial vigente, se a gente não fizesse nada, o aumento viria do mesmo jeito”.<sup>58</sup> De fato, no começo de abril o dissídio foi julgado e aplicado o índice oficial de 39%, com desconto das antecipações concedidas no ano anterior. Ou seja, em abril de 1978, os metalúrgicos do São Bernardo e Santo André aproveitavam a data-base para mobilizar-se e denunciar a “farsa” dos ritos trabalhistas sob a lei vigente e os de São Paulo mobilizavam-se por antecipação salarial. O ciclo de greves iniciou-se em maio de 1978, e a campanha salarial de outubro/novembro de 1978, na data-base, de São Paulo, Osasco e Guarulhos, foi a mais mobilizadora desde 1964, com a deflagração da greve em uma assembleia de 20 mil em São Paulo, 3 mil em

---

<sup>56</sup> Aumento salarial em maio. *O Metalúrgico*, São Paulo, nº 264, abril-maio, 1978, p. 1.

<sup>57</sup> **Ata da assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo**, 14 abr. 1978, p. 90 e 91-verso.

<sup>58</sup> ABRAMO, Laís, *op. cit.*, p. 202.

Osasco e mil em Guarulhos em 27 de outubro.<sup>59</sup> Em 30 de outubro realizou-se uma assembleia com 30 mil na rua do Carmo, na qual se decidiria a continuidade da greve por aclamação, mas terminou dissolvida por Joaquinção, sob alegação de “infiltração”. A decisão foi transferida para o dia seguinte, por escrutínio secreto, sob forte aparato de vigilância policial.

As campanhas salariais de 1978, portanto, por aumento ou antecipação, foram iniciadas por uma *coalizão* de sindicatos, federações, oposições sindicais, comissões de fábrica que, mobilizando e disputando a agenda e a direção do processo, propiciaram condições para o ciclo de lutas e greves. As próprias campanhas geraram confrontos maiores que envolveram outros agentes: Movimento do Custo de Vida, Comissão de Justiça e Paz, Clubes de Mães, artistas, intelectuais, organizações de esquerda clandestinas, oposição parlamentar.

5.2. - Movimento de Reposição Salarial – ~~(subtítulo)~~ No primeiro semestre de 1977, um relatório do Banco Mundial reconheceu que o índice oficial de inflação de 1973 no Brasil fora manipulado para baixo. Como, pela Lei 4.725 (a “Lei do Arrocho”), este índice incidia na definição do reajuste oficial dos salários, sua manipulação implicou em mais perdas salariais para todos os trabalhadores. O relatório foi publicado nos principais jornais do país. A ampla repercussão dessa campanha foi bem estudada por Leite Lopes, que citaremos extensamente:

Uma ação do movimento sindical e da oposição ao regime militar abre extensa discussão em torno do assunto, desdobrando-se em uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Federal. Os sindicatos se mobilizaram e solicitaram ao Dieese o cálculo da perda salarial acumulada para as diferentes categorias. Mais de cem entidades sindicais aderem à campanha pela reposição de tal perda; a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, capital, entram com uma ação judicial contra a União; são realizadas assembleias massivas em vários sindicatos; o sindicato de São Bernardo se une com o de Santo André numa ação na Justiça do Trabalho, tentando também estabelecer negociações diretas com os patrões. A primeira assembleia do movimento de reposição salarial, convocada em 1 de agosto de 1977 pelo Sindicato de São Bernardo, teve o comparecimento de 3 mil trabalhadores; nela foi constituída uma comissão de mobilização de 36 militantes para levar a discussão às bases e encaminhar um documento encabeçando um abaixo-assinado.<sup>60</sup>

É importante destacar, portanto, que o *Movimento de Reposição Salarial* foi uma campanha que unificou sindicatos e oposição política à ditadura, gerando uma CPI

<sup>59</sup> Metalúrgicos decidem greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 out. 1978, p. 27.

<sup>60</sup> LOPES, Introdução. In: \_\_\_\_\_, HEREDIA, Beatriz (Org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: edutora UFRJ, 2019, p. 47.

desgastante para o regime. Além disso, permitiu a articulação de mais de cem entidades sindicais em nível nacional, com a participação de entidades oficiais de peso, como a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e o próprio Sindicato dos Metalúrgicos do município, algo importante para encorajar a ação de atores mais ousados em momentos posteriores dos protestos. As conclusões de Leite Lopes sobre os significados do *Movimento de Reposição Salarial* naquela conjuntura são certeiras:

...o movimento pela reposição salarial de 1977 alçou os sindicatos a um patamar mais elevado de legitimidade, em razão da revelação, pela fonte insuspeita do Banco Mundial, de uma trapaça nas regras do jogo do cálculo dos índices oficiais por parte da equipe econômica do governo, surpreendendo os empresários e sutilmente os dividindo quanto à habitual atitude naturalizada de arrogância em relação aos trabalhadores. Além disso, foi um movimento que ocorreu independentemente das datas base das categorias que puderam assim unir-se numa campanha conjunta intersindical horizontal, dando oportunidade ao surgimento de novas lideranças e reforçando também o interconhecimento entre os representantes, numa conjuntura de condições mais favoráveis à luta por melhores condições de vida e ampliação de direitos políticos.<sup>61</sup>

O *Movimento de Reposição Salarial* foi promovido por uma *coalizão* nacional de sindicatos e federações de trabalhadores, parlamentares da oposição (por exemplo: os membros do MDB na CPI que investigou o caso foram Alceu Collares – RS; Ruy Brito – SP; Frederico Brandão – SP; Tarcísio Delgado – MG e Walter Silva – RJ) e intelectuais, como Eduardo Suplicy, economista, então professor da FGV, que manifestou apoio a CPI em sua coluna na *Folha de S. Paulo* e elegeu-se deputado estadual pelo MDB em novembro de 1978.<sup>62</sup>

5.3. Campanhas eleitorais: (subtítulo) 1978 foi ano eleitoral, como já indicado, com eleições indiretas para governadores e presidente da República e diretas para deputados federais e estaduais, estas em 15 de novembro, mês de campanha salarial e greve para os metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos. As organizações metalúrgicas que estavam liderando as mobilizações e greves participaram das campanhas eleitorais apoiando candidatos e propostas políticas. Segundo Katia Paranhos, o jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato de São Bernardo e Diadema, posicionou-se justificando: “Nossos defensores são aqueles que sempre nos acompanharam, que não costumam recuar nos momentos difíceis. É difícil ao trabalhador (...) chegar ao parlamento. Só

---

<sup>61</sup> Idem, p. 48.

<sup>62</sup> SUPPLICY, Eduardo. Greve e legitimidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 1978, p. 13.

conseguirá esse intento se for ajudado pela sua classe”.<sup>63</sup> O João Ferrador, personagem criado em 1972 pelo cartunista Otavio,, simbolizando o metalúrgico sindicalizado e combativo, proclamou: “Temos muitos candidatos operários e outros que, apesar de não o serem, estão ligados à nossa classe por idealismo (...) o negócio é ajudar os nossos a se elegerem”. Foram indicados os nomes de Fernando Henrique Cardoso e Maurício Soares (advogado do sindicato) a senador e suplente; Airton Soares para deputado federal e Eduardo Suplicy, Almir Pazzianotto (advogado do sindicato) e Marco Aurélio Ribeiro para deputados estaduais. Todos foram eleitos, com exceção de FHC, que ficou na suplência de Franco Montoro, assumindo quando este elegeu-se Governador.<sup>64</sup> O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, também se elegeu deputado federal. Membros da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do Movimento do Custo de Vida, Aurélio Peres, metalúrgico da Caloi, e Irma Passoni, professora e ex-freira, elegeram-se, respectivamente deputado federal e deputada estadual. Podemos ter uma ideia do conteúdo político da campanha de Aurélio Peres por um dos panfletos divulgados:

Não vote no patrão, vote no peão.  
Esse é o bochicho dentro das fábricas e nos bairros da periferia de São Paulo. O peão é Aurélio Peres, operário ferramenteiro da Caloi, que foi indicado por 62 bairros para ser o candidato dos trabalhadores à Câmara Federal. Aurélio é um dos coordenadores do Movimento do Custo de Vida, membro da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo e da Pastoral Operária.  
Pela firmeza e coragem que tem demonstrado na defesa do direito de greve; contra o arrocho salarial; pela liberdade sindical e pela união dos trabalhadores na luta contra o regime é que Aurélio Peres se destaca como um legítimo representante das forças de oposição.<sup>65</sup> (se tiver a imagem desse panfleto, acho mais legal que o título)

A campanha eleitoral começava, pela lei, após a escolha dos candidatos nas convenções partidárias, que deveriam ocorrer até 5 de agosto. Em 1978, portanto, as campanhas eleitorais dos candidatos do movimento operário metalúrgico coincidiram no tempo com o início do ciclo de greves e com a campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que foi inaugurada, no caso de São Paulo, em uma assembleia em 6 de outubro.

---

<sup>63</sup> PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 168.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> BERTOLINO, Osvaldo. Aurélio Peres: vida, fé e luta. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018, p. 191.

As campanhas eleitorais eram sustentadas por uma coalizão de sindicatos, movimentos populares, como o Movimento do Custo de Vida, oposição parlamentar (MDB), partidos de esquerda na ilegalidade, como o PCdoB, no qual militava Aurélio Peres, ou a Convergência Socialista, que apoiou Benedito Marcílio, organizações ligadas à Igreja, como a Pastoral Operária, organizações estudantis, intelectuais. Apenas um exame metucioso das organizações apoiadoras de cada uma dessas candidaturas permitiria conhecer a extensão e variedade da coalizão eleitoral formada pelas campanhas desses candidatos.

- 5.4. Campanhas de solidariedade aos grevistas (subtítulo)

Durante e após as greves metalúrgicas, formaram-se amplas coalizões para a sustentação dos fundos de greve ou para a defesa dos trabalhadores atingidos pelas demissões, prisões e a repressão da ditadura. Nas greves metalúrgicas de São Paulo, pode-se ter uma ideia da ampla coalizão de sujeitos sociais e políticos reunidos verificando-se, por exemplo, a lista das entidades que integraram o Comitê de Apoio aos Metalúrgicos de São Paulo criado na campanha salarial de outubro/novembro de 1979: Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, União Estadual de Estudantes, Frente Nacional do Trabalho, Apeoesp, Sindicato dos Jornalistas, Movimento Contra a Carestia, Plantão Jurídico da OAB/Seção São Paulo; Plantão Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, Sindicato dos padeiros, Sindicato dos Artistas, Jornal Brasil-Mulher, Jornal *O Companheiro*, Movimento de Defesa da Amazônia, vários diretores do MDB, representantes pastorais, parlamentares, entre outros.<sup>66</sup>

5.5. Campanha pela coleta de 1 milhão de assinaturas do Movimento do Custo de Vida (subtítulo)

A campanha foi lançada em um ato realizado no dia 12 de março de 1978, um domingo, no Colégio Católico Arquidiocesano de São Paulo, com a presença de cinco a oito mil pessoas.<sup>67</sup> O texto do abaixo-assinado denunciava o preço da alimentação, os problemas de moradia, transporte, falta de escolas perto de casa, saúde, saneamento básico, concentração fundiária, falta de acesso à recreação, cultura e descanso como parte do “custo de vida”. Exigia três medidas imediatas: congelamento dos preços de gêneros

---

<sup>66</sup> “O apoio aos metalúrgicos”. Acervo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978 e 1979.

<sup>67</sup> MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2017, p. 98.

de primeira necessidade, aumento de salários acima do aumento do custo de vida e abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.<sup>68</sup>

Em cinco meses, até a assembleia realizada na Praça da Sé em 27 de agosto de 1978 para a entrega do documento às autoridades, foram coletadas 1.245.478 assinaturas, “sendo que mais de 95% seriam provenientes dos bairros periféricos da capital paulista”.<sup>69</sup> O estudo de Thiago Nunes Monteiro é esclarecedor sobre o cruzamento entre as campanhas do movimento operário de São Paulo e a do Custo de Vida naqueles meses iniciais de 1978:

O fortalecimento do movimento operário em São Paulo, e nas cidades do ABC, contribuiu para que muitos abaixo assinados fossem subscritos tanto nos espaços organizados pela direção dos sindicatos como nas comissões de fábrica - que passavam, clandestinamente às vezes, as listas de assinaturas em suas seções, refeitórios, vestiários e nas horas de descanso – com predomínio de grupos das oposições sindicais. A relação entre o movimento operário e o MCV, existente de forma indireta desde a primeira carta às autoridades em 1973, se estreitou em 1978 para além da coleta de assinaturas: também organizaram juntos atos em celebração do Primeiro de Maio, nos bairros periféricos; e as mulheres desempenharam um papel fundamental na arrecadação de doações para os fundos de greve durante as mobilizações operárias entre 1978 e 1980 em São Paulo e na região do ABC. Não seria exagero afirmar que o MCV protagonizou a luta contra o arrocho salarial antes mesmo das mobilizações sindicais que marcariam o fim dos anos 1970.<sup>70</sup>

## 6. Conclusões

O cientista político norte-americano Sidney Tarrow, que estamos citando muito aqui por suas pesquisas sobre a esquerda e sobre a lógica das ações coletivas de protesto, ressaltou, dialogando com os estudos sobre transições da ditadura para a democracia, que a democracia sempre é um resultado contingente de conflitos e que nunca avançou sem lutas. Se isto é verdade, é inegável que o prolongado ciclo de greves operárias foi decisivo para definir o tipo de regime político estabelecido com a redemocratização. Mas como? Em que sentido?

Em 2024, com a transformação de uma “direita envergonhada” em uma direita ativa, tendo como principal liderança um ex-militar, parece evidente que uma parte das Forças Armadas e de seus apoiadores civis nunca depuseram as armas, pois seu projeto era a

---

<sup>68</sup> Idem, p. 243.

<sup>69</sup> Idem, p. 107.

<sup>70</sup> Idem, p. 105.

continuidade da ditadura ou uma “democracia” tutelada pelos militares e restringida em seu alcance e profundidade.

Quanto ao empresariado, no processo de esgotamento da ditadura, uma parte, representada pela candidatura de Paulo Maluf à presidência em 1985, apoiava o projeto da “democracia” tutelada e restringida dos militares, enquanto outra, representada pelos assinantes do “Documento dos Oito”, lançado em 1978 (Antonio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau Johansen, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Vellinho e Severo Fomes) defendia uma democracia liberal. Este setor empresarial estabeleceu divergência em relação a aspectos do modelo econômico criado pelos militares e seus aliados civis, como a centralização das decisões e a expansão das estatais e, em sua retirada do apoio à ditadura, promoveu um apagamento de sua participação na sustentação do regime, preservando, assim, sua imagem e, principalmente, a força potencial para novos projetos antioperários.

Se pensarmos na grande frente pelas eleições diretas; na eleição indireta de Tancredo Neves para presidente pelo Colégio Eleitoral (regra criada na ditadura); no fato de José Sarney, eleito vice com Tancredo e que assumiu a presidência após a morte deste, sendo de fato o primeiro presidente civil após 64, ter sido presidente da Arena e do PDS, partidos da ditadura; no peso do “Centrão” já na Assembleia Constituinte de 1987, é evidente que o projeto liberal de democracia se impôs na transição. Uma democracia relativamente blindada a inovações e aprofundamentos, como, por exemplo: Orçamento Participativo; democratização da estrutura sindical no sentido do empoderamento de comissões por local de trabalho e delegados sindicais; revogabilidade de mandatos de parlamentares; democratização das Forças Armadas e do Poder Judiciário. Mas, principalmente, uma democracia em que o “sistema político” impede mudanças substantivas no “sistema econômico”, com diminuição radical das desigualdades sociais, distribuição de renda, reforma agrária e urbana. O que aconteceu, então, com o ciclo de greves e protestos?

Sua relação com as transformações políticas é sempre indireta e mediada. Os ciclos de greves e protestos tendem a esgotar-se seja pela repressão, pelo cansaço, pelo atendimento de parte das demandas, pela institucionalização das organizações promotoras e por divisões entre os participantes, com alguns tomando o rumo institucional e outros o rumo do confronto e até da violência política. A via da revolução socialista, que teoricamente permitiria destravar os impedimentos ao aprofundamento e transformação da democracia e às reformas sociais substantivas foi, na transição democrática, um projeto

sustentado pelas esquerdas, que não se tornou hegemônico na sociedade e, tampouco, nas organizações populares e de trabalhadores, como sindicatos, organizações estudantis e de trabalhadores rurais. Mas o projeto de futuro que se discutia nas campanhas populares, nas coalizões de lutas não era o projeto da revolução socialista das esquerdas e nem o da democracia liberal dos empresários. Qual era, então?

Podemos inferir que se tratava de um projeto aberto de “democracia sem tutela militar ou empresarial” com “justiça social”. Em uma assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, de 24 de agosto de 1979, vésperas da greve (que teria início no dia 29 de outubro) a Ata registrou sinteticamente trechos dos discursos de alguns metalúrgicos “de base” que evidenciam o tipo de democracia desejado. Maria Lucia de Souza Poço disse, então, que “precisamos de democracia, sabemos que o governo fala em democracia, mas fala em uma democracia que o pai lhe deu”. Denunciou que fora presa no dia anterior por cavalarianos da Força Pública quando estava distribuindo material em porta de fábrica. Francisco de Assis comentou que via “pessoas estranhas anotando o nome de companheiros e estas pessoas não são repórteres. O que a oradora comenta que esta democracia que está aí é democracia do governo, é uma democracia de força (...)”.<sup>71</sup>

O episódio do assassinato de Santo Dias, trouxe à esfera pública diversos posicionamentos que evidenciavam a consciência dos interesses patronais associados ao regime repressivo e, portanto, da necessidade de uma redemocratização que derrotasse e superasse os limites estabelecidos por esses interesses. O cortejo fúnebre com o caixão do operário seguiu da Igreja da Consolação para a Catedral da Sé, sob uma chuva de papel picado, ao som de *slogans* como “abaixo a ditadura, a greve continua”, “o governo mata de fome, a polícia mata à bala”, “83% até a vitória” e “a polícia dos patrões matou um operário”. Santo foi sendo carregado lentamente, em clima de grande emoção, em meio a faixas e cartazes com dizeres como “vingança”, “punição”, “fim da repressão”, “a abertura é a porta do cemitério”, enquanto os lojistas baixavam suas portas e afixavam avisos de luto.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> **Ata de reunião da Junta Administrativa do Sindicato dos Têxteis de São Paulo**, 16 maio 1964, p. 155-verso (Livro de Atas de reuniões da Diretoria – 9 maio 1953 a 16 set. 1968). **Ata da assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Paulo**, 24 ago. 1979, 152- verso

<sup>72</sup> Na Sé, encomendação comove os presentes, **Folha de S. Paulo**, 1 nov. 1979, p. 18 e ROSSI, Clóvis. “Da Consolação até a Sé, o grande cortejo de protesto”. *Jornal da República*, nº 58, 1 nov. 1979, p.8.

Na saída da Catedral, a cerimônia se desdobrou em rito cívico e laico, com alguém puxando o Hino Nacional, cantado na íntegra, e Lula discursando nos ombros de José Genoíno e Altino Dantas Júnior: “Esta é mais uma demonstração da abertura que espera a classe trabalhadora. Para a elite, tudo, para a classe trabalhadora, a morte”.<sup>73</sup>

Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara, acusou os empresários ligados ao governo estadual de disporem da estrutura policial, “paga pelo povo para a defesa da sociedade e de sua segurança exatamente para esmagar os operários que reivindicam melhores condições de vida e de trabalho”.<sup>74</sup> Esta demanda, por uma democratização profunda do sistema policial, rompendo seus vínculos com os interesses e valores da classe dominante, assim como outras demandas radicais decisivas, como a mudança da estrutura sindical, foram aos poucos diluídas e esquecidas.

A “justiça social” como valor, como norma para ponderação da qualidade da democracia, por outro lado, está presente em todas as campanhas aqui estudadas e podemos evocar o abaixo assinado do Movimento Custo de Vida como manifestação simbólica das esperanças dos trabalhadores e trabalhadoras mobilizados: “...o custo de vida não é apenas o preço da alimentação...”.<sup>75</sup>

Este, claro, é um projeto aberto, inacabado e ameaçado. Parafraseado Marx, que se referiu à república conquistada nas barricadas após a revolução de fevereiro de 1848 na França, como uma república burguesa “rodeada de instituições sociais”, podemos afirmar que a conquista da participação operária na transição democrática foi uma democracia burguesa vigiada por algumas instituições sociais: a previdência social, os direitos sociais (trabalhistas e outros), os direitos civis e democráticos, o SUS, o ensino público e gratuito, a universalização do ensino fundamental, o sistema nacional de emprego, entre outras. É pouco, sim, mas não por acaso está sendo desmontado pelo capitalismo ultra-neoliberal, pois são conquistas democráticas e sociais verdadeiras.

---

<sup>73</sup> ROSSI, Clóvis. “Da Consolação até a Sé, o grande cortejo de protesto”. *Jornal da República*, nº 58, 1 nov. 1979, p.8

<sup>74</sup> “Freitas Nobre diz que o povo paga a polícia que o agride”, *Folha de S. Paulo*, 7 nov. 1979, p. 17.

<sup>75</sup> Ver página 31 deste texto.